



Textos para Discussão 003 | 2013

Discussion Paper 003 | 2013

Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas

Eduardo Costa Pinto

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Paulo Balanco

Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia

This paper can be downloaded without charge from <http://www.ie.ufrj.br/>

Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas

Março, 2013

Eduardo Costa Pinto

Professor adjunto do Instituto de Economia (IE) da UFRJ; Doutor em Economia pela UFRJ.

eduardo.pinto@ie.ufrj.br

Paulo Balanco

Doutor em economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Economia e do Curso de Mestrado em Economia da UFBA.

balanco@ufba.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo desenvolver uma caracterização estilizada das transformações do capitalismo contemporâneo desde os anos 1990 até a primeira década do século XXI, buscando identificar os elementos (econômicos e políticos) que mais impactaram sobre as trajetórias dessas duas últimas décadas, tais como o aumento do poder dos EUA nos anos 1990, a crise internacional de 2008 e a ascensão da China nos anos 2000. Além disso, procura-se mostrar como as modificações da década de 2000 permitiram que alguns países latino-americanos adotassem políticas de demanda efetiva – do tipo “desenvolvimentista” – em menor ou maior grau a depender dos seus condicionantes políticos internos e de suas conexões econômicas com a China.

Palavras-chave: Tacit capitalismo contemporâneo, neoliberalismo, “janelas de oportunidades”, América Latina.

1 Introdução

Este artigo busca apresentar os impactos das transformações no capitalismo, desde a década de 1990 até a primeira década do século XXI, sobre a dinâmica economia e política da América Latina. Para tanto, faz-se necessário desenvolver dois objetivos específicos, a saber: i) apresentar uma caracterização estilizada das transformações do capitalismo contemporâneo que foi marcado, nos anos 1990, pela ampliação do poder econômico e político dos Estados Unidos e, na década de 2000, pela expansão da economia mundial entre 2003 e 2007, pela profunda crise internacional de 2008 e pela ascensão da China; e ii) mostrar como as modificações da última década permitiram que certos países latino-americanos, sobretudo os sul-americanos, adotassem políticas de demanda efetiva – do tipo “desenvolvimentista” – em menor ou maior grau a depender dos seus condicionantes políticos internos e de suas conexões econômicas com a China.

Tendo em vista esses objetivos, seguiremos uma direção interpretativa que procura relacionar de forma dialética as dinâmicas da acumulação de poder e da acumulação da riqueza. Para tanto, parte-se do argumento que o Estado-nação conserva o papel fulcral de “regulação” institucional no processo da produção e da reprodução da acumulação de capital, logo, mantendo-se como importante lócus do poder e da disputa entre as frações de classe dominantes, além de projetarem os interesses dos seus blocos de poder para fora dos seus espaços nacionais, dessa forma atingindo as arenas das disputas do sistema internacional moderno (PINTO & BALANCO, 2012).

Neste sentido, além desta introdução, descrevem-se, na segunda seção deste artigo, de forma estilizada, as transformações contemporâneas no sistema capitalista mundial, destacando o projeto imperial dos Estados Unidos a partir de 1991, as novas estratégias estadunidenses configuradas em 2001, e o novo eixo geoeconômico de acumulação do sistema mundial configurado da década de 2000 e decorrente da ascensão da China. Na terceira seção são apresentados, de forma retrospectiva e prospectiva, os impactos dos movimentos hierárquicos do sistema mundial na configuração do atual padrão de crescimento da periferia latino-americana. Por fim, na quarta seção, procura-se alinhar algumas ideias a título de conclusão.

2 As transformações contemporâneas no sistema capitalista: elementos estilizados

2.1 Os antecedentes da década de 1990

Como se sabe, por volta do final dos anos 1960, o *boom* econômico “virtuoso” dos *anos dourados* começou a se deteriorar. O padrão de acumulação colocado em prática durante aquele período expansionista, apoiado em normas regulatórias (sistema de *Bretton Woods* escorado no padrão ouro-dólar), no planejamento econômico e na harmonização entre as classes, apresentava sinais de esgotamento. Ao mesmo tempo, como consequência da substantiva redução do “exército industrial de reserva”, decorrente da própria acumulação de longo-prazo, materializou-se uma intensificação do conflito distributivo tanto nos Estados Unidos como na Europa, haja vista as reivindicações dos trabalhadores por maiores salários e as pressões da sociedade, mais especificamente de diversos grupos minoritários, por mais gastos sociais por parte do Estado. Esse aumento do conflito distributivo provocou uma forte elevação dos salários nominais, sobretudo entre 1968 e 1971, fenômeno que ficou conhecido por “explosão salarial” (SERRANO, 2004).

Com a explosão salarial rompeu-se de vez o compromisso distributivo keynesiano-fordista (consenso estabelecido entre a burocracia sindical social-democrata e o patronato). Em boa parte do planeta os movimentos trabalhistas realizaram uma forte ofensiva. O acirramento do conflito entre capital e trabalho não ficou restrito apenas à relação entre salário e lucro, pois as mobilizações também questionaram o tipo de controle social empregado pelos proprietários. O conflito transpôs os muros das fábricas através dos movimentos estudantis, dos grupos em luta por direitos humanos, da oposição à guerra do Vietnã e dos movimentos de contracultura.

Ao lado da intensificação do conflito de classes sob iniciativa operária, outros dois fatores contribuíram para intensificar a crise, quais sejam: i) a elevação e a grande volatilidade dos preços das matérias-primas, principalmente do petróleo que, segundo Serrano (2004), decorria do choque do petróleo de 1973 (que se originou da guerra entre os países árabes e Israel) e, sobretudo, um resultado do novo regime de câmbio flutuante num contexto mundial de liquidez (euromercados e petrodólares) e demanda efetiva

mais elevadas; e ii) a intensificação da concorrência capitalista interestatal, principalmente entre os capitais norte-americanos, alemães e japoneses, uma vez que a partir da década de 1960 os norte-americanos, cada vez mais, perdiam competitividade e permaneciam impedidos de desvalorizar sua moeda no contexto do padrão dólar-ouro.

Esse ativismo concorrencial despertou antigas conflagrações que permaneceram adormecidas durante o “compromisso keynesiano”. Para Medeiros e Serrano (1999, p. 122), “vai ficando claro para o governo americano que um realinhamento cambial se tornava necessário para desacelerar o declínio relativo da competitividade dos EUA”. Esse problema, segundo tais autores, não seria fruto do “dilema de Triffin”¹, mas sim originário do “dilema de Nixon”, situação em que os Estados Unidos enfrentavam o desejo de desvalorizar o câmbio sem ameaçar a posição do dólar como moeda de reserva internacional. Uma das conseqüências desse embaraço foi a ruptura unilateral por parte dos EUA, em 1971, do sistema monetário de *Bretton Woods*.

O acirramento do conflito entre os países centrais não ficou circunscrito apenas ao plano econômico; muito menos ao bloco capitalista. Na verdade, na segunda metade dos anos 1960, intensificou-se o conflito político entre os blocos capitalista e socialista, ampliando ainda mais a contestação da supremacia estadunidense no pólo capitalista, haja vista, sobretudo, as reações européia (questionamento da Aliança do Atlântico, especialmente, pela França de De Gaulle) e indochinesa (derrota dos EUA na derrota da guerra do Vietnã, a primeira grande derrota militar estadunidense) (FIORI, 1997). Contudo, os Estados Unidos não ficaram indiferentes a isso; a dupla Richard Nixon e Henry Kissinger buscou recompor o poder estadunidense por meio de uma nova estratégia, a “*Realpolitik*, orientada pelos interesses americanos no contexto de um novo ‘equilíbrio de poder’ mundial” (FIORI, 1997, p. 112). Esta última condição é de

¹ Desde 1947 Robert Triffin alertava para a instabilidade dinâmica do sistema de *Bretton Woods* à medida que aumentava, nos Estados Unidos, a geração de reservas mediante a acumulação de passivos oficiais no exterior sobre um lastreamento em ouro cada vez menor. Isso causava uma instabilidade no padrão dólar-ouro, conhecida como “dilema de Triffin”, já que “[...] acumular reservas em dólares era algo atraente apenas na medida em que não houvesse dúvidas sobre sua conversibilidade em ouro. Mas, depois que os saldos em dólares do exterior cresceram muito em relação às reservas norte-americanas de ouro, a credibilidade desse compromisso poderia ser colocada em dúvida. [...] Se alguns credores estrangeiros procurassem converter suas reservas, as decisões destes poderiam produzir o mesmo efeito de uma fila de correntistas às portas de um banco. Outros entrariam na fila por temer que elas fossem fechadas” (Eichengreen, 2000, p. 160)..

fundamental importância para compreendermos o início do extraordinário crescimento da economia chinesa. No entanto, esse projeto foi abortado devido à divisão interna do *establishment* estadunidense e do escândalo de *Watergate*, que resultou na renúncia de Nixon em 1974. Os presidentes posteriores, durante os anos 1970 (Ford e Carter), retomaram a visão wilsoniana, no plano internacional, e mantiveram a política keynesiana expansionista internamente (FIORI, 1997).

No fim da década de 1970, mais especificamente entre 1977 e 1978, o dólar apresentava sinais evidentes de sua fragilidade como unidade de reserva de valor em escala mundial em virtude da ameaça decorrente do fortalecimento do marco e do iene. As estratégias norte-americanas, ao longo dos anos 1970, de criação de déficits orçamentários e em conta corrente cada vez mais elevados para garantir a expansão e a elevação da competitividade do setor manufatureiro, em associação com a expansão dos euromercados, geraram uma forte desvalorização do dólar e o concomitante afloramento da situação nevrálgica de questionamento da própria posição desta divisa como moeda-chave internacional (OLIVEIRA, 2004; BRENNER, 2003).

Diante deste quadro de crise econômica e de redução de seu poder, importantes transformações estruturais, sobretudo a partir de 1979, foram efetivadas pelo Estado norte-americano visando a recuperação da competitividade de seus capitais e a retomada da posição de liderança na hierarquia da economia mundial. A partir daí, medidas de restauração da ordem do capital foram sendo implementadas, a saber, o controle norte-americano do sistema monetário-financeiro internacional por meio da estabilização do padrão dólar-flexível, no campo da política e da doutrina econômicas, a restauração liberal conservadora apoiada no monetarismo friedmaniano e na visão de mundo hayekiana da competitividade individual, e o redisciplinamento do mundo do trabalho, realizado mediante agressivos ataques aos sindicatos. Portanto, os cânones keynesianos deveriam ser quebrados, abrindo espaço para a promoção de uma nova rota de acumulação e de poder para os capitais norte-americanos através do modelo de regulação neoliberal e da ampliação da acumulação pela via das finanças.

O movimento de retomada da supremacia norte-americana, ampliado com a ascensão de Ronald Reagan ao poder, foi efetivado, por um lado, pela iniciativa conhecida como “diplomacia do dólar forte”, a qual, posteriormente, contribuiu para a viabilização do processo da *globalização financeira*; e, por outro, pela “diplomacia das armas”,

correspondente à intensificação da corrida armamentista e ao programa “guerra nas estrelas” (TAVARES, 1997).

Com o restabelecimento da “ordem” mediante um enquadramento dos diversos países, tanto os capitalistas quanto aqueles que constituíam o bloco soviético, centrais ou periféricos, os EUA, a partir de 1985, buscaram adotar um estilo mais “pluralista” nas relações externas por meio de uma maior coordenação entre os países capitalistas centrais através das instituições “supranacionais”² (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio), ou por intermédio de uma coordenação mais efetiva entre os bancos centrais do G-7 [Acordo de Plaza (1985) e do Louvre (1987)]. Cabe destacar que o Acordo de Plaza – desvalorização do dólar – abarcava a ofensiva comercial norte-americana sobre o Japão, resultando na adoção de uma política macroeconômica regional expansiva durante os anos 1980 e 1990 na Ásia.

Em linhas gerais, os novos elementos institucionais abriram espaços para o reflorescimento daquela fração da classe dominante do sistema capitalista, os rentistas, que fora mantida sob controle relativo durante os *anos dourados*, bem como possibilitaram a reafirmação do poder dos Estados Unidos. Assim, a aliança entre o Estado norte-americano (*Washington*), em sua busca de acumulação de poder, e o capital estadunidense, sobretudo o capital financeiro (*Wall Street*), em sua busca por riqueza, foi facilitada em decorrência da convergência de interesses entre as frações financeiras e a busca do Estado norte-americano em restabelecer a “ordem” e, posteriormente, em implementar seu projeto de “império mundial”.

2 Claro que essa maior coordenação “supranacional” sempre esteve fortemente submetida aos interesses estadunidenses.

2.2 A “nova ordem” na década de 1990: o projeto de “Império Mundial” e o *boom* econômico norte-americano

Com o fim da União Soviética e da Guerra Fria, muitos analistas passaram a afirmar que uma nova ordem estaria nascendo. Tal afirmação baseava-se no argumento de que as fronteiras nacionais caminhavam para a extinção enquanto um “império mundial norte-americano” emergia para estender ao mundo o modelo de liberdade, de democracia e dos direitos humanos, criando assim, nessa perspectiva, uma paz mundial duradoura e uma economia internacional estável. Por sua vez, neste cenário róseo, ocorreria uma convergência entre as taxas de crescimento do produto e da renda *per capita* dos diferentes países. Todavia, tudo isso somente seria possível graças à concentração de poder global em um único estado, o que justificaria a transformação dos Estados Unidos num “hiperpoder”.

Esse modelo de funcionamento do sistema econômico internacional representou o ideário preferido do *mainstream* econômico e político durante toda década de 1990 e teve no governo Clinton, durante seus dois mandatos, um grande entusiasta. Entre as estratégias dessa administração norte-americana destaca-se a crença de que o “poder pacífico dos mercados” e “a força econômica convergente da globalização” consolidariam finalmente o “império mundial cosmopolita, pacífico e democrático, sob a liderança benevolente dos Estados Unidos”. Não obstante sua retórica liberal-globalista (supostamente humanitária), o governo Clinton, no campo militar, exerceu um ativismo sem precedentes, além do que a suposta convergência econômica que surgiria do processo de liberalização econômica, patrocinado pelos EUA ao redor de boa parte do mundo, não se materializou. Pelo contrário, o que se verificou, durante a década de 1990, foi uma prática macroeconomia mundial divergente, pois, durante esse período, se, por um lado, os Estados Unidos e parte do leste-asiático cresceram a taxas elevadas, por outro lado, os países da OCDE, da América Latina, da África e o Japão apresentaram taxas de crescimento muito baixas, com alguns deles experimentando crises econômico-financeiras agudas.

O significativo crescimento econômico estadunidense, principalmente entre 1995 e 2000, em que a taxa média anual de expansão do PIB foi superior a 4% ao ano, foi impulsionado pela elevação expressiva dos investimentos privados (superior a 8%, em média, entre 1995-2000) e pelo consumo das famílias. Esses resultados se apoiaram em

um novo arranjo produtivo-financeiro levado a cabo como mecanismo de superação da crise estrutural que o capitalismo passara a enfrentar a partir do início dos anos 1970. O retorno ao crescimento da economia americana decorreu, na esfera produtiva, da ascensão da produtividade do trabalho e dos fatores em meio a um processo de mudança tecnológica apoiado nas novas tecnologias da informação e da comunicação e, na esfera financeira, da inaudita expansão da financeirização, a qual, exprimida pela presença de uma “bolha” financeira permanente, tornou-se fonte de alavancagem fundamental do consumo privado e dos próprios investimentos produtivos (CHESNAIS, 2003, 2001; DUMÉNIL & LÉVY, 2003). Este novo “regime de acumulação”, ao qual Chesnais (2003, 2001) denomina de “regime de acumulação com predominância financeira”, apresenta um “efeito mercado acionário”, o qual, ao se desdobrar em comportamentos tanto dos proprietários do capital quanto dos consumidores de alta renda, exhibe dois componentes, a saber, um “efeito-renda”, que financia o consumo com base em dividendos e juros, e um efeito “posse de patrimônio”, que patrocina despesas apoiadas em antecipações de ganhos financeiros futuros (GONÇALVES, 2002; CHESNAIS, 2001).

Nesse contexto, configurou-se nos Estados Unidos, entre 1992 e 2000, um padrão de acumulação em que os setores financeiros foram os grandes responsáveis pela acumulação de riqueza. Tal resultado somente foi possível porque, segundo Seabrook (2001), o governo americano abrandou as restrições regulatórias que dificultavam aos bancos a prática do financiamento direto.

Assim, nos Estados Unidos, as ações e os títulos tornaram-se uma das mais importantes formas da riqueza, e, por essa razão, a posse dos mesmos veio a se transformar no fundamento decisivo para a promoção do consumo e para o incremento do investimento, mesmo em um ambiente marcado por taxas de poupanças muito baixas ou negativas. Nessa situação, a bolsa de valores tornou-se um mecanismo essencial de alocação do capital e de controle do modo de gestão das firmas (BOYER, 1999). Cabe destacar aqui que esse mecanismo de alocação esteve, em boa medida, condicionado pelas políticas monetárias praticadas pelo FED (o Banco Central norte-americano) entre 1995 e 2000, resultando, portanto, no estímulo ao desenvolvimento de um padrão de crescimento no qual a componente financeira exerce papel decisivo.

Num primeiro momento - correspondente ao início da década de 1990 - o estímulo do FED foi posto em prática mediante a redução das taxas de juros e a ampliação da desregulamentação financeira, iniciativa que provocou o aumento da liquidez e, conseqüentemente, o deslocamento de parte desses recursos para o mercado acionário. Num segundo momento - entre 1995 e 1998 - foi impulsionado por intermédio de um regime de crédito fácil, permitindo às empresas não financeiras elevar significativamente a tomada de empréstimos destinados à aquisição de ações, principalmente das empresas ligadas à “Nova Economia”³, o que acabou por criar uma “bolha” no mercado acionário norte-americano (BRENNER, 2003, p. 2007). Quanto a esse aspecto, faz-se necessário ainda destacar o papel da aceleração desproporcional dos investimentos privados dos não residentes no país na Nova Economia: esses investimentos, que estavam vinculados à disponibilidade de financiamento barato através do esquema de *venture capital*, ajudaram a disseminar nos mercados expectativas despropositadas de constante expansão da rentabilidade futura dos segmentos ligados a esse setor (SERRANO, 2004, p. 210).

À época, boa parte do *mainstream* econômico acreditava que a hipótese da “bolha” financeira era uma falácia e que, por sua vez, o crescimento econômico era conseqüência dos elevados ganhos de produtividade da Nova Economia, a qual favoreceria o aumento das rendas – inclusive dos lucros - e, por conseguinte, induzia a elevação dos preços das ações. Até o Presidente do FED na época, Alan Greenspan, que outrora havia criticado a “exuberância irracional” do mercado acionário, foi seduzido pela idéia da suposta “revolução” gerada pela Nova Economia.

A partir de junho de 1999 o FED começou a elevar a taxa de juros com o objetivo explícito de frear o crescimento do consumo, esfriando de “forma modesta” o “efeito mercado acionário”, haja vista a rápida expansão da demanda e a elevação temporária da inflação decorrentes do aumento do preço do petróleo entre 1999 e 2000 (resultado da crise da Rússia em 1998). No entanto, essa “correção modesta” gerou um forte

³ A “Nova Economia” estruturava-se a partir das novas tecnologias de comunicação e de informação (TICs) e de suas respectivas indústrias.

movimento de realização de lucros no mercado acionário, acabando por provocar o estouro da bolha da bolsa Nasdaq (SERRANO, 2004; BRENNER, 2003).

A dura realidade do “estouro” da bolsa de Nova York, em 2000, desmanchou no ar a riqueza criada de forma fictícia. Marx, já em sua época, desenvolvera uma análise sobre o processo de *fetichização* extremada do dinheiro proveniente da criação de capital fictício. Segundo ele, isso acontece quando o capital dinheiro assume certa autonomia, pelo menos temporária, em relação ao capital produtivo – único capaz de gerar a mais-valia.

Para compreendermos estruturalmente o *boom* da economia norte-americana dos anos 1990 precisamos analisar como foi possível ao Estado daquele país operar de maneira autônoma suas políticas econômicas num contexto de um sistema monetário internacional do tipo dólar-flexível e, ao mesmo tempo, articular, de forma inusitada, a expansão interna das finanças com o aumento do crédito e, conseqüentemente, do consumo das famílias e dos investimentos, gerando forte crescimento do produto e do emprego.

Quanto à autonomia da política econômica, Serrano (2002, 2004) e Medeiros & Serrano (1999, 2001) argumentam que no atual padrão monetário internacional, denominado de “padrão dólar flexível”, o país que emite a moeda-chave (EUA) não tem nenhum tipo de restrição externa, podendo assim incorrer em déficits de conta corrente crônicos, pois não mais existe a necessidade de manter sua moeda local (dólar) fixa em termos nominais em relação ao preço oficial do ouro em virtude da inteira inconvertibilidade do padrão dólar. Sendo assim, os EUA podem incorrer em déficits permanentes e crescentes em conta corrente sem se preocuparem com o fato de seu passivo externo líquido estar aumentando, já que esse passivo “externo” é composto por obrigações denominadas na própria moeda norte-americana e não conversíveis em mais nada e, conseqüentemente, todo excesso

do valor absoluto de VACP [saldo dos fluxos de capital de longo prazo] sobre VALP [saldo dos fluxos de capital de curto prazo] quando há déficit em conta corrente significa um aumento das reservas dos outros países que necessariamente, se quiserem participar da economia monetária internacional,

têm que aceitar acumular títulos em dólar (em geral a própria dívida pública americana) (SERRANO, 2002, p. 251).

A não conversibilidade é sustentada pela idéia de que um dólar “*is as good as one dollar*”, garantias fixadas pelo poder do Estado e pela economia norte-americana, ainda mais fortalecida após o fim da Guerra Fria. Assim, a política econômica dos Estados Unidos passa a ser dirigida exclusivamente pelos seus condicionantes internos, quer seja de manutenção da competitividade dos seus setores industriais e/ou quer seja de ampliação dos seus setores financeiros (MEDEIROS & SERRANO, 1999; SERRANO, 2002).

No que diz respeito à articulação entre o Estado norte-americano e a comunidade financeira, percebe-se que ela foi marcada pela competição-cooperação (*interactive embeddedness*) e pela socialização das finanças, representando uma difusão de poder. Isso ampliou, num tempo histórico-teórico “conjuntural”, a capacidade do Estado norte-americano, permitindo-o promover mudanças domésticas e internacionais, possibilitando, inclusive, jogar os segmentos financeiros (internacional e doméstico) um contra o outro em seu próprio benefício. Assim, o poder “conjuntural” norte-americano promoveu o financiamento direto para moldar as finanças internacionais e usou o regime internacional para gerar externalidades positivas para seus interesses (SEABROOKE, 2001).

No âmbito do sistema político internacional, os Estados Unidos, a partir de 1991, buscaram construir um império mundial liberal-cosmopolita, retomando a construção do projeto imperial. Henry Kissinger (*apud* FIORI, 2004a, p. 94) havia afirmado que “os Estados Unidos enfrentaram, em 1991, pela terceira vez na sua história [1918 e 1945], o desafio de redesenhar o mundo à sua imagem e semelhança [...]”. Essa perspectiva, de formação de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica (Império mundial liberal ou um Estado internacional), ao estilo kantiano, não tem nenhuma sustentação a partir da análise histórica do sistema mundial, nem é perceptível qualquer indício efetivo da conformação de um novo sistema desse tipo. Fiori (2004a, p.58) argumenta que a marcha norte-americana rumo ao poder global será restringida pelo próprio movimento de tal objetivo, à medida que este alimenta “a contratendência ‘nacionalizante’ dos demais Estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global”.

Apesar da impossibilidade de consecução plena de um império mundial, a busca de tal objetivo pelos norte-americanos, a partir de 1991, acabou modificando as relações entre os diversos Estados nacionais na década de 1990, configurando, portanto, uma nova relação de dominação e hierarquia no sistema mundo-capitalista. Segundo Balanco & Pinto (2005), esse novo arranjo do sistema mundial pode ser enquadrado nas “novas formas de imperialismo”, no qual um único Estado-nação (EUA) exerce diversas formas de domínio sobre os demais países. Apoiando-se em Cooper, Fiori (2006, p. 23) apresenta este tipo de dominação ou de imperialismo em suas três principais formas recentes, a saber: i) o “imperialismo cooperativo”, que seria utilizado na condução das relações entre os países anglo-saxões e os países desenvolvidos; ii) o imperialismo da “lei das selvas”, que regeria as interações entre os países “honestos” e “pré-modernos”, incapazes de manter a ordem em seus territórios nacionais; e iii) o imperialismo da economia global (livre comércio), administrado pelas instituições supranacionais (FMI e Banco Mundial), que seria apropriado para os países que se abram e aceitem pacificamente a interferência das organizações internacionais e dos estados estrangeiros.

Essa dominação economia e política, quase inconteste, dos Estados Unidos no sistema internacional na década de 1990, enquadrada como “novas formas de imperialismo”, sofreu uma inflexão relativa na década de 2000 em virtude do retorno e da emergência de atores importantes nas disputas globais, dentre os quais a Rússia, a Índia e, especialmente, a China.

2.3 Reorganização da economia mundial e o “novo capitalismo” dos anos 2000: o novo eixo geo-econômico de acumulação alavancado pela China

No plano político, a vitória do republicano Bush (filho) em 2000 para exercer o cargo de presidente dos Estados Unidos não trouxe, em termos programáticos, mudanças na estratégia de construção de um império mundial, mas sim uma transformação na forma de alcançar esse objetivo por meio de modificações na política externa, que assumiu uma linguagem bélica e um unilateralismo explícito, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Essa mudança na política externa dos Estados Unidos teve impactos significativos no sistema mundial em virtude dos efeitos da configuração da nova doutrina estratégica do governo e seus impactos na proposição e nos resultados das guerras do Afeganistão e do Iraque. Em certa medida, aquela estratégia buscou “conter” os países que os Estados Unidos acreditavam que poderiam rivalizar com o seu poder, sobretudo o Japão e a Alemanha, seus antigos aliados da Guerra Fria. No entanto, tal política abriu espaço para uma nova fase de acirramento, de competição e de conflitos políticos entre as grandes potências no contexto do sistema político internacional (FIORI, 2006).

No plano econômico, a década de 2000 foi marcada por vários acontecimentos significativos, dentre os quais podemos destacar: *i*) o expressivo crescimento mundial entre 2003 e 2007; *ii*) a profunda crise financeira internacional de 2008 que assolou todos os países; e *iii*) a rápida recuperação da crise pelos países em desenvolvimento que foram puxados pela dinâmica chinesa. A novidade desses acontecimentos foi o papel de destaque desempenhado pela China. Essa nova potência em ascensão, inclusive, vem alterando a ordem econômica, política e social gerando mudanças na geopolítica internacional e na divisão internacional da produção e do trabalho, proporcionando elevações nos preços internacionais de *commodities*, queda nos preços de produtos industrializados e ampliação do consumo de massa em escala mundial (PINTO 2011a e 2011b).

Do início da década até a crise de 2008, a economia mundial vivenciou um ciclo de crescimento⁴, inclusive com forte convergência de resultados macroeconômicos, uma vez que praticamente todas as regiões e países do mundo apresentaram tendência de crescimento significativa. Aquele ciclo foi fruto da configuração dos novos fluxos comerciais, produtivos e financeiros que geraram um novo eixo da dinâmica da acumulação capitalista mundial formado pelos Estados Unidos, por um lado, e pela economia da China e do seu entorno, por outro.

Nesse novo eixo de acumulação configurado entre 2003 e 2007, os EUA exerceram o papel de “consumidor de última instância” do mundo, uma vez que aumentou seu déficit em transações corrente de 0,9% do PIB, em 2001, para 2,1% em 2008, ao passo que a China tornou-se o principal supridor de bens manufaturados da demanda americana. Essa dinâmica industrial chinesa funcionou com uma correia de transmissão de efeitos positivos para outras regiões do mundo (Ásia, África, América Latina e até Europa). Nesse contexto, vários países obtiveram superávits comerciais, o que, por sua vez, permitiu a redução da vulnerabilidade externa a qual estavam sujeitos e a elevação de suas reservas internacionais, possibilitando assim, a configuração de políticas econômicas voltadas à expansão do produto e do emprego (PINTO, 2011a). Dessa maneira, cabe destacar aqui o novo papel desempenhado pela China na economia mundial. Medeiros (2006) o chamou de “duplo pólo”, visto que a China, em um pólo, afirma-se como produtor mundial de produtos da Tecnologia da Informação e bens de consumo industriais – aparecendo como o principal produtor de manufaturas intensivas em mão-de-obra –, transformando-se num exportador líquido para os EUA e Japão. Em outro pólo, aparece como grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, de matérias-primas (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.) e de produtos de alta tecnologia, transformando-se num importador líquido para a Ásia e num dos principais destinos das exportações latino-americanas.

Todavia, mais recentemente, em meio a este novo cenário, o crescimento mundial foi interrompido de forma abrupta em virtude da crise internacional de 2008 (crise

⁴ “A economia mundial, entre 2003 e 2007, experimentou dinâmica extraordinária de crescimento. Neste ciclo recente de expansão, a economia mundial cresceu cerca de 4,7%, em médias anuais. Taxa esta maior do que a taxa secular de crescimento da renda mundial entre 1890 e 2006, que foi de 3,2%, em médias anuais. Isto mostra o caráter excepcional desta conjuntura econômica” (PINTO, 2011a, p. 14)

subprime), originada nos EUA, cujo epicentro foi a falência do Lehman Brothers. Tal evento deixou evidente a profundidade da crise e seu caráter sistêmico. Praticamente todos os países do mundo foram atingidos, provocando uma redução do PIB mundial de 0,6% em 2009, do nível de emprego, do fluxo de comércio, que caiu em 10,7% em 2009, e dos investimentos, que decresceram em quase 10% (de 23,7% do PIB, em 2008, para 21,4% do PIB, em 2009) (PINTO, 2011a).

A crise de 2008 apresentou características e impactos comparáveis à crise de 1929, bem como apresentou elementos que a liga com as crises anteriores mais recentes, por um lado, e a distancia das referidas crises devido a algumas particularidades. Quanto aos aspectos similares, destacam-se a desregulamentação e a liberalização dos mercados financeiros em quase todo o mundo, processo este iniciado na década de 1970 e consolidado com a política de retomada norte-americana. Esse processo, associado à utilização de novas tecnologias da informação, possibilitou a livre movimentação dos fluxos financeiros radicalizando a autonomização da acumulação pela via financeira (capital fictício nos termos utilizado por Marx). No que tange às características particulares, pode-se destacar a sua amplitude e profundidade, pois todos os países do mundo foram afetados quer seja pelo lado financeiro ou pelo lado produtivo.

Com a crise configurou-se um colapso do estado de confiança dos agentes econômicos, gerando redução do consumo e dos investimentos mundiais. Com isso, os Estados nacionais tiveram que configurar estratégias anticíclicas monetárias e fiscais, ao estilo keynesiano, para reverter tal situação. O maior intervencionismo passou a ser a tônica das políticas governamentais. O caso chinês foi emblemático desse processo, já que os estímulos fiscais, monetários e cambiais recolocaram sua economia na rota do crescimento. No auge da crise, em 2009, a China contribuiu de forma positiva para o desempenho do PIB global, funcionando como a única locomotiva do crescimento mundial (PINTO, 2010).

A rápida recuperação da economia chinesa foi uma dos principais elementos responsáveis pela imediata retomada dos países em desenvolvimento no pós-crise de 2008, pois os estímulos macroeconômicos do governo chinês aceleraram a restabelecimento de suas importações que são originadas desses países em desenvolvimento (da África, da Ásia e da América Latina). O aumento das exportações desses países, associado ao retorno do fluxo de capital, permitiu a manutenção de baixos

níveis de vulnerabilidades externas, possibilitando aos governos nacionais a adoção de políticas anticíclicas de demanda efetiva que proporcionaram uma rápida recuperação do produto e do emprego. A taxa de crescimento do PIB dos países em desenvolvimento caiu de 6,0 em 2008 para 2,8% em 2009 (auge da crise), mas voltou a crescer para 7,5 em 2010 e 6,2% em 2011.

Todos esses eventos da década de 2000 deixaram clara a ascensão chinesa e sua importância para a economia mundial. Isso fica ainda mais evidente quando observamos a evolução: i) da participação da China no PIB global (em dólares correntes) que aumentou de 1,8% em 1990 para 9,3% em 2010, tornando-se a segunda economia do mundo; e ii) da contribuição chinesa para o crescimento mundial, que passou de 1,6% entre 1981 e 1990 (em média) para 18,5% em 2010 (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011).

A ascensão da importância chinesa para a economia mundial, segundo Castro (2011) e Pinto (2011b), vem provocando transformações estruturais, a saber:

- i. Elevação (e manutenção em níveis altos em termos históricos recentes) dos preços internacionais das commodities decorrente do efeito direto e indireto da demanda chinesa e também da elevação dos custos de produção desses produtos;
- ii. Redução e/ou estabilização dos preços mundiais dos produtos industriais fruto da pressão competitiva da produção industrial da China (que combina salários baixos, economias de escala e de escopo, novas formas de organização e gestão da produção - tecnologia frugal, produção modular, etc.), que se tornou a “fábrica do mundo”;
- iii. Manutenção dos termos de troca favorável aos países em desenvolvimento (relaxando a restrição externa), especialmente os africanos e latino-americanos, que exportam *commodities*. Esta condição é uma decorrência da primeira e da segunda tendências;
- iv. Ampliação mundial do consumo de massa em virtude da mudança de preço relativo entre manufaturas e salários que vem permitindo o acesso a produtos industriais a segmentos da população mundial que até então viviam na condição de subsistência. Esta condição é uma decorrência das três tendências acima, especialmente da segunda.

No plano mais geral da reorganização do “novo capitalismo” do século XXI, podemos afirmar que os resultados deletérios produzidos pela crise iniciada nos anos 1970, passado determinado período de tempo, obrigaram o capitalismo a lançar mão de mecanismos recuperadores da lucratividade. Entretanto, semelhante iniciativa não poderia ocorrer sem a introdução de transformações profundas no interior do mercado mundial. Na esteira de implantação de uma nova plataforma de relançamento da economia capitalista em direção a taxas de lucro mais elevadas, como parte das medidas inerentes à *dinâmica neoliberal*, determinado número de países asiáticos, liderados pela China, até então mergulhados no atraso pré-capitalista ou organizados mediante um modelo de “socialismo burocratizado e autárquico”, viu surgir uma nova industrialização, que nasceu marcada por um processo de “acumulação originária”, mas que agora avança em direção ao processo de extração de mais-valia relativa por meio dos avanços tecnológicos.

O período mais recente trouxe à luz novas formas de integração econômica, conferindo uma nova característica à globalização, as quais explicitam novas combinações de livre-comércio com as vantagens próprias da mais-valia absoluta e relativa presentes potencialmente nos países atrasados, ou, até então, colocados à margem da reprodução capitalista global. Em termos pragmáticos, aparecem as “estratégias de mercado” vinculadas às “estratégias de racionalização da produção”, implicando na adoção de novas formas de gestão e modos de organização dos grupos empresariais, em consonância com novas estruturas de distribuição espacial da produção (CHESNAIS, 1996, p. 129).

Nesse sentido, tendo em vista o interesse dos países capitalistas centrais e, especialmente, da acumulação de capital, pode ser afirmado que o mercado mundial é reorganizado de forma contraditória. Surgem novos concorrentes em regiões onde antes os países centrais exerciam plena dominação. Essa situação pode ser seguramente ilustrada a partir do papel que passa a ser exercido por esse novo ator de grande envergadura no contexto da reprodução capitalista mundial: a China. Este país foi reintegrado na esfera da valorização planetária capitalista, porém, tal movimento resultou na ruptura com as relações políticas vigentes à época do imperialismo clássico, razão pela qual pode ser afirmado que o mesmo, integrante do “novo capitalismo”, foi guindado ao status de núcleos de acumulação de primeira linha, função que permite e

obriga-o a atuar como “re-colonizador” em virtude, entre outras funções, da entrada do mesmo na disputa por matérias-primas (CHESNAIS, 2007).

Particularmente, e de maneira bastante singular relativamente à história de desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, esse grande país asiático se transformou em “máquina” de acumulação de riqueza no sistema econômico mundial, configurando, inclusive, uma relação “virtuosa” com os Estados Unidos e com vários países periféricos, haja vista a ampliação do comércio internacional e a melhora dos termos de troca em favor dos países periféricos.

3. Impactos para a América Latina: da integração passiva dos anos 1990 às “janelas de oportunidades” do século XXI

A retomada da supremacia norte-americana por meio da diplomacia do dólar forte e das armas reverberou fortemente na América Latina (AL). Entretanto, o reenquadramento da periferia foi estabelecido somente à custa de uma profunda crise socioeconômica ao longo de toda a década de 1980. O primeiro grande país da região a sentir o golpe da política Volcker foi o México, que decretou o *default* em 1982, gerando impactos em todos os outros países da região, já que os fluxos de capitais externos minguiaram, a exceção do Chile e da Colômbia. A partir daí a região adentra a uma fase denominada de “década perdida”, na qual os grandes países como a Argentina, o Brasil e o México, em diferentes momentos, enfrentaram crises internas agudas cujas características recorrentes foram a recessão aguda e a inflação galopante.

Essas crises serviram como pavimentação social (legitimação) para a ascensão do modelo de desenvolvimento liberal na década de 1990, uma vez que os ajustes macroeconômicos heterodoxos da década anterior não conseguiram compatibilizar o ajustamento do balanço de pagamentos e o reordenamento das finanças públicas. Assim, o conflito distributivo na AL, que foi moldado pelo regime inflacionário à época, expressou a primeira etapa da maior renúncia da soberania monetária dos seus Estados, já que estes delegaram, em grande parte, ao FMI e ao Banco Mundial, suas estratégias econômicas que, num segundo momento, voltaram-se completamente à acumulação com os títulos da dívida e à legitimação do ideário neoliberal (PEREIRA, 2001).

Com a implosão do bloco socialista no final da década de 1980 as transformações estruturais, atreladas à ampliação da globalização financeira, iniciadas em decorrência das estratégias de retomada da supremacia norte-americana, foram aceleradas. Além desses elementos, o início dos anos 1990 também foi marcado por políticas macroeconômicas expansionistas (redução das taxas de juros) dos países centrais, sobretudo os Estados Unidos e o Japão, que buscavam sair da recessão econômica. Essas políticas, em associação com a dinâmica financeira, ancorada na securitização das dívidas públicas e nas inovações financeiras (derivativos, mercados futuros etc.),

provocaram uma grande elevação da liquidez internacional. Parte desta direcionou-se aos países da AL⁵, em grande medida, devido às aberturas comercial e financeira, à reestruturação das dívidas externas, por meio do Plano *Brady*, e, sobretudo, aos diferenciais das taxas de juros dos países da região em relação às taxas de juros internacionais. A nova realidade de maior liquidez potencializou a integração da AL como espaço de reprodução da acumulação financeira, por um lado, e como espaço de realização das mercadorias do setor manufatureiro norte-americano, por outro, haja vista o ajuste importador⁶ verificado na região durante os anos 90 (MEDEIROS, 1997; BRENNER, 2003).

A partir desse contexto, o Estado norte-americano, articulado com seus segmentos financeiros dominantes, ampliou sua capacidade autônoma para determinar políticas internas e externas e estabelecer, através da coerção, a dominação sobre estados nacionais da região. Desse modo, a grande maioria dos governos latino-americanos, entre o final dos anos 80 e início dos 90, aderiu, com diferentes graus de intensidade, aos ajustes estruturais que consistiam, por um lado, em planos de estabilização econômica, por meio da valorização cambial, e, por outro, em reformas institucionais voltadas, principalmente, à liberalização econômica, à estabilização do direito de propriedade e à flexibilização do mercado de trabalho. Assumiu-se, portanto, a retórica de que o excessivo intervencionismo estatal era o principal empecilho para que os países latino-americanos prosperassem.

Assim sendo, o condomínio do poder de cada país latino-americano definiu-se por um projeto de desenvolvimento a ser seguido, qual seja, o modelo neoliberal de integração passiva aos movimentos da globalização. A partir daí iniciou-se um padrão de acumulação capitalista guiado pela ampliação da acumulação financeira por meio,

⁵ A partir de 1990, o continente (em um cômputo da média entre Colômbia, Chile, Peru, Argentina, México e Brasil) se inseriu no mercado internacional como receptor de investimentos de portfólio, apresentando um saldo da conta de capitais de 1,4% do PIB (UNCTAD, *apud* MEDEIROS, 1997, p. 293). Dessa forma, o crédito interno, entre 1988 e 1993, aumentou de 22% para 30 % do PIB, enquanto o índice dos preços dos valores negociados em bolsa incrementou-se mais de três vezes e meia.

⁶ Ajuste este que nasceu, em certa medida, fruto da estratégia comercial norte-americana de abertura de mercados na região para os seus diversos tipos de produtos manufatureiros, haja vista a desvalorização do dólar em relação às moedas locais com a implementação dos planos de estabilização macroeconômica, e a redução das barreiras tarifárias dos países latino-americanos.

principalmente, da expansão da dívida pública, pela redução da realização interna da produção regional e pela elevação da “superexploração” do trabalho como decorrência do processo de precarização desse mercado.

Nesse novo padrão de acumulação as frações dominantes financeiras e *financeirizadas*, tanto do capital financeiro e produtivo internacional quanto dos grandes grupos econômico-financeiros nacionais, assumiram a supremacia entre as frações dominantes de cada país da América Latina, com poucas exceções. Aqui cabe ressaltar que as frações locais, quase sempre, se inseriram de forma subordinada aos movimentos do capital financeiro externo. Nessa nova configuração de poder das frações dominantes locais, fazem parte da mesma o capital financeiro internacional expresso pelos fundos de pensão, pelos fundos mútuos de investimentos e pelos grandes bancos multinacionais, assim como os grandes grupos econômico-financeiros locais, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação subordinada com capitais estrangeiros. Também participam o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional) e os grupos de grandes produtores agrícolas.

A anuência de boa parte da população dos países latinos ao ideário neoliberal nos momentos iniciais da implementação dos ajustes pode ser explicada em função da rápida redução da inflação⁷ e do aumento do crédito. Isso, por sua vez, possibilitou a expansão do consumo e o crescimento da produção e do emprego. A estabilidade monetária se converteu no principal bem público da América Latina e garantiu a eleição e a reeleição de vários presidentes, dentre eles Carlos Menem na Argentina, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Alberto Fujimori no Peru e a manutenção do partido governista no México. Ademais, os Ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais, que conduziram a austeridade fiscal e monetária, foram saudados como heróis pelos investidores estrangeiros, que aportaram quantidades de capital sem precedentes para a região. No entanto, o crescimento logo se mostrou efêmero diante dos problemas surgidos pela própria operacionalização do modelo macroeconômico neoliberal, a saber,

⁷ As políticas econômicas ortodoxas conseguiram alcançar seu intento monetário: conter a inflação. No México a inflação se reduziu de 60,9%, na média entre 1980-95, para 5,1% em 1995. No Brasil e na Argentina essa redução foi ainda maior, de 2.862,4%, em 1990, para 6%, em 1995, e de 2.314,0%, em 1990, para 3,4 %, em 1995, respectivamente (CEPAL, 2003).

a deterioração das contas externas e das finanças públicas e a elevadíssima dependência de capital especulativo forâneo.

A combinação de déficits elevados em transações correntes, de taxa de câmbio apreciada e de déficit orçamentário tornou-se insustentável, pois, a qualquer sinal desfavorável aos mercados, verificava-se uma saída maciça dos capitais voláteis, comprometendo a conversibilidade da moeda e, conseqüentemente, provocava a eclosão de crises agudas nos países da região, tais como as verificadas no México em 1994, no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001, dentre outras. A adesão à bandeira de “credibilidade” para os mercados cobra um preço alto. Desse modo, as contradições internas do modelo neoliberal (expressas pela impossibilidade de redução da taxa de juros abaixo de certo nível imposto pelo capital financeiro) provocaram desmedidas elevações da dívida pública e impediram a fixação de um processo de crescimento sustentável que levasse à melhoria na distribuição de renda.

Exceto em pequenos períodos de crescimento espasmódico, marcados por cenários internacionais favoráveis, não foi possível reverter, de forma estrutural, a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público, o que veio corroborar a ineficácia das mudanças dos regimes cambiais, das políticas de metas inflacionárias e dos regimes fiscais draconianos colocados em prática no final dos anos 1990 em diversos países da região. Ao mesmo tempo, em decorrência de alterações do padrão de inserção da AL no comércio internacional, mediante o crescimento da participação dos produtos com baixo valor agregado na pauta de exportações, ocorreu uma modificação regressiva da estrutura produtiva durante os anos 1990. Isso aconteceu fortemente no Brasil e na Argentina, mas, em menor intensidade no México em virtude das características específicas das *maquiladoras* na estrutura produtiva daquele país. O baixo dinamismo das exportações manufatureiras com maior conteúdo tecnológico nesses dois primeiros países, dentre outras coisas, demonstra o desmantelamento e/ou a desnacionalização do aparelho produtivo atribuído especialmente à apreciação cambial e às baixas taxas de investimento (TEUBAL, 2000-2001).

No que diz respeito às interações entre a acumulação de poder e de riqueza, os ajustes estruturais implantados na maioria dos países latino-americanos, na verdade, proporcionaram, segundo Teubal (2000-2001, p. 461), “enormes transferências de renda, poder e riqueza para o *establishment* político e econômico”. Essa situação

representou a “marginalização e exclusão da maioria da população” e a desvalorização das políticas sociais universalizantes, haja vista (i) o incremento da exploração do trabalho, evidenciado por meio da redução dos salários reais dos grupos de rendimentos mais baixos; (ii) a maior “regressividade” na distribuição da renda; e (iii) a elevação do desemprego em suas várias formas. A adoção do modelo neoliberal ampliou a desarticulação setorial e social – uma característica histórica do capitalismo dependente -, provocando, com isso, a deterioração das condições sociais das populações (PINTO & BALANCO, 2004; TEUBAL, 2000-2001).

Em linhas gerais, a América Latina, ao longo dos anos 1990, integrou-se passivamente aos circuitos de produção e reprodução do capital por meio dos ajustes estruturais liberais, aderindo a uma estratégia justificada como o único caminho para a “modernização” da região. A prosperidade anunciada não se consumou; pelo contrário, foi constatada a ampliação da dependência e da subordinação latino-americana às potências centrais capitalistas, gerando, com isso, a ampliação do legado histórico de concentração de riquezas e das mazelas sociais do capitalismo dependente regional (PINTO & BALANCO, 2004).

O fracasso do modelo econômico neoliberal na América Latina em realizar sua promessa de crescimento econômico, com estabilidade monetária e com melhoria na distribuição da renda, ficou às claras, praticamente duas décadas após sua implantação. Por outro lado, tal desempenho contribuiu para a perda de sua legitimidade na maioria dos países da região, contribuindo decisivamente, por sua vez, para uma nova inflexão mais à esquerda de muitos governos latino-americanos, sobretudo a partir de 2002. O sincronismo no que se refere à adoção de novas rotas ficou evidente na região a partir das eleições presidenciais do início da década de 2000, quando foram retomadas, inclusive, em maior ou menor grau, a depender das características internas de cada país, proposições de políticas do tipo “nacional-popular” ou “desenvolvimentista”, que haviam sido jogadas ao limbo pelo modelo neoliberal durante a década de 90. Nesse sentido, ocorre a vitória eleitoral de Evo Morales, líder indígena e socialista, na Bolívia, em 2005; a eleição da dirigente de formação socialista Michele Bachelet, no Chile, no início de 2006; as reeleições de Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente, na Venezuela e no Brasil, em 2006. Esses resultados reforçam uma tendência iniciada com a primeira vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, na

Venezuela, e fortalecida posteriormente com a ascensão de Nestor Kirshner na Argentina em 2002, com a primeira condução de Lula, no Brasil, à presidência em 2002 e com a eleição de Tabaré Vasquez no Uruguai em 2004 (FIORI, 2006; ARCEO, 2006).

À medida que esses novos governantes são eleitos e passam a questionar, em grande parte, as políticas neoliberais formatadas pelo “Consenso de Washington”, os Estados Unidos começam a enfrentar redução do apoio e capacidade de intervenção na região, situação que foi potencializada, segundo Fiori (2006), sobretudo, após: i) o apoio norte-americano ao fracassado golpe militar de 2002 na Venezuela; ii) o esvaziamento do projeto da ALCA, patrocinado pelo Brasil e Argentina, e engavetado na Reunião da Cúpula das Américas, em Mar Del Plata; e iii) o rompimento argentino com o FMI em 2003, decretando unilateralmente uma moratória exitosa.

Todavia, faz-se necessário localizar um fator objetivo, de natureza econômica, que passa a ocupar o lugar de base material sobre a qual essa inflexão política se apóia. Por conseguinte, o “automatismo” das políticas implementadas pelos novos governos da América Latina foi avivado, em certa medida, pelas mudanças ocorridas no plano da economia internacional, particularmente a introdução do novo eixo geo-econômico mundial, alavancado pela ascensão da China, e seus impactos na região (MEDEIROS 2006; FIORI, 2006).

Além de induzir a geração de conseqüências dinâmicas significativas no contexto da reprodução capitalista mundial na primeira década do século XXI, as transformações econômicas globais da década de 2000 acima mencionadas, associadas à expansão chinesa, trouxeram, inclusive, efeitos positivos para a economia latino-americana, particularmente na esfera do comércio exterior, tais como, a ampliação do *quantum* das exportações do continente⁸ e a elevação impressionante dos preços internacionais das principais *commodities* (sobretudo, o petróleo, o gás, os minerais e os alimentos)

⁸ Segundo dados da Cepal, entre 2001 e 2010 em média, o *quantum* das exportações cresceu 4% ao ano. As maiores taxas de crescimento foram observadas nos países sul-americanos: 7% na Argentina, 9% na Bolívia, 7% no Brasil, 4% no Chile, 6% na Colômbia, 8% no equador, 7% no Peru). Por outro lado, países centro-americanos da região obtiveram crescimentos menores no volume de exportação: 3% no México, 2% em Honduras.

exportadas pela região⁹. Esses dois resultados, articulados, propiciaram um acelerado crescimento das taxas de exportação, em valor, e uma melhora nos termos de troca da região¹⁰, relaxando, por sua vez, os problemas de financiamento e de restrições externas ao crescimento de alguns países da região e, em alguns casos, a depender da estrutura produtiva interna do país, também funcionando como importante componente da demanda efetiva¹¹. Isso possibilitou o aumento das taxas de crescimento de economias da região, notadamente dos países sul-americanos¹², principalmente aquelas com fortes excedentes minerais e energéticos (FIORI, 2006; BARBOSA, 2011).

Associado a esse crescimento ocorreu também um fortalecimento da capacidade fiscal da região, sobretudo dos países produtores de petróleo, de gás e de minerais, uma vez que os novos preços desses produtos permitiram aumentos de royalties e de impostos, incrementando os ingressos de recursos fiscais. Além do impacto do aumento dos preços desses produtos sobre a arrecadação, o fortalecimento fiscal também foi fruto de novos instrumentos tributários geradores de mais recursos fiscais. A Bolívia, o Chile e a Venezuela, por exemplo, criaram novos impostos sobre a produção de seus recursos não renováveis (gás, cobre e petróleo). O fortalecimento da capacidade fiscal da região, especialmente de alguns países especializados em produtos não renováveis, permitiu a implantação de políticas fiscais mais expansionistas centradas em maiores

⁹ Entre 2001 e 2010 em média, pelos dados da Cepal, o índice do valor unitário das exportações elevou-se em 8 % ao ano. As maiores taxas de expansão foram observadas nos países sul-americanos: 5% na Argentina, 15% na Bolívia, 10% no Brasil, 18% no Chile, 10% na Colômbia, 11% no Equador, 19% no Peru e 24% na Venezuela; ao passo que outros países da região apresentaram menores taxas de crescimento, tais como: Costa Rica 0%, México 4%, Guatemala 5%, Panamá 2%.

¹⁰ Entre 2001 e 2010, segundo dados da Cepal, o termo de troca da América Latina cresceu 3% ao ano em média. Boa parte dos países da América do Sul obtiveram crescimento igual ou superior a média bastante positiva da região no período Argentina 3%, Bolívia 6%, Brasil 3%, Chile 12%, Colômbia 4%, Equador 4%, Peru 6% e Venezuela 16%). Por outro lado, países centro-americanos da região obtiveram uma evolução menor ou até negativa dos termos de troca no período (Costa Rica -2%, Guatemala 0%, Panamá -1% e México 1%)

¹¹ Para uma discussão a respeito do papel das taxas de exportações no equacionamento do financiamento externo do desenvolvimento e como componente da demanda efetiva de longo prazo ver Medeiros & Serrano (2001).

¹² O PIB na América Latina e Caribe entre 2001 e 2010 cresceu 3,3% ao ano em média, mesmo com a crise internacional de 2008. Praticamente todos os países da América do Sul cresceram acima dessa média (Argentina 4,6%, Brasil 3,6%, Colômbia 4,1%, etc). O destaque negativo da região foi dado pela economia mexicana que cresceu apenas 1,8% nesse período, o que provocou uma redução na participação do seu PIB em relação ao total da região (de 32,6% em 2000 para 28,4% em 2010).

investimentos públicos em infra-estrutura e em maiores gastos em políticas sociais massivas.

A melhoria dos preços da energia e dos minérios para os países produtores latino-americanos, decorrente da ascensão da China, proporcionaram superávits em conta corrente da região entre 2004 e 2007 (de 0,5% do PIB em 2004, de 1,5% em 2005, de 1,8% em 2006, e de 0,4% em 2007) e elevação do investimento estrangeiro direto (de US\$ 56 bilhões em 2003 para US\$ 113 bilhões em 2010), que agora retornaram buscando a produção de matérias-primas (*resource-seeking*), como o petróleo, o gás, a mineração e a agricultura. Essa dinâmica externa gerou um forte aumento das reservas em moeda forte dentro da região, o que, por sua vez, reduziu a restrição externa da região.

Os dados apresentados acima evidenciam dinâmicas econômicas heterogêneas nos países da América Latina. Isso se deve aos impactos diferenciados (negativos ou positivos) sobre os países da região do “efeito China”. Os países mais beneficiados foram aqueles favorecidos pela “loteria das *commodities*” (demandadas pela China) e que não sofrem pressão competitiva das manufaturas chinesas por não possuírem uma estrutura industrial complexa, tais como o Chile e o Peru. O caso de países como Argentina, Brasil e Colômbia é diferente, pois estes foram beneficiados com a loteria das *commodities*, mas sofrem uma significativa pressão competitiva das manufaturas chinesas, que aumentou ainda mais após a crise internacional em virtude do direcionamento das exportações de manufaturas chinesas para a região em virtude da queda do consumo dessas nos Estados Unidos e na Europa (BARBOSA, 2011)

Os países mais afetados negativamente são aqueles que não possuem *commodities* exportáveis para a China e que sofrem forte pressão competitiva das exportações chinesas. O México é o caso paradigmático desse processo, pois “possui toda sua estrutura produtiva voltada para os Estados Unidos, exatamente naqueles segmentos em que a China se mostra mais competitiva” (BARBOSA, 2011, p. 287)

Esse novo cenário latino-americano, que expressa a elevação da margem de manobra de alguns países da região relativamente aos EUA, sobretudo os sul-americanos articulados à dinâmica chinesa, dependeu da continuidade do forte crescimento da economia mundial entre 2003 e 2007, liderado pelos Estados Unidos e pela China, e agora

depende (no pós-crise) da manutenção das taxas elevadas de crescimento da economia chinesa. A despeito disso, parece claro que novas “janelas de oportunidades” estão abertas para a América Latina, especialmente para aqueles países que se conectaram com a China.

A manutenção dessa dinâmica econômica chinesa gerará impactos positivos, no curto ou no médio prazo, para as economias latino-americanas que contam com a “loteria das *commodities*”, já que esta proporciona uma redução da vulnerabilidade externa conjuntural e um aumento da demanda agregada pela via das exportações. No entanto, essa “mesma mão” (chinesa) que afaga alguns países da região tende a provocar o aumento da vulnerabilidade externa estrutural, pois esta dinâmica tem criado uma força atratora, que “puxa” para a reprimarização da pauta exportadora e para a redução das dinâmicas manufatureiras dos países da região. Nesse sentido, em vista da presença dessa dinâmica externa que produz resultados contraditórios, é preciso observar que o aproveitamento dessa “janela de oportunidade” também depende da forma pela qual as forças políticas internas de cada país do continente se posicionam diante das estratégias de desenvolvimento. Forças estas que são determinadas pelos movimentos dialéticos das frações dominantes locais e forâneas – o bloco no poder¹³ – em sua maior ou menor influência na conformação das estratégias adotadas pelos Estados e como estes conseguem projetar seu poder no sistema internacional.

¹³ Poulantzas, em passagem bastante elucidativa do seu livro *Poder político e classes sociais*, explicita muito bem o conceito de bloco no poder que será adotado aqui: “O bloco no poder constitui-se uma unidade contraditória de classes e *frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre as frações sociais, encontra-se nele *constantemente presente*, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...]. A própria hegemonia, no interior deste bloco, de uma classe ou fração, não é devido ao acaso: ela tornou-se possível [...] através da unidade própria de poder institucionalizado do Estado capitalista. Esta corresponde à unidade particular das classes ou frações dominantes, isto é, estando em relação com o fenômeno do bloco no poder, faz precisamente com que as relações entre essas classes ou frações dominantes não possam consistir, como acontecia com outros tipos de Estado, em uma ‘repartição’ do poder de Estado – ‘igualdade de poder’ daqueles. A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes *funciona no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica*. A classe ou fração hegemônica *polariza* os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações no bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 233-234-235)

Essa “inflexão à esquerda” dos governantes nos países da região exige relativização e avaliação crítica. Diante da natureza das transformações experimentadas pelos países latino-americanos na fase de maior impacto do neoliberalismo, em que se destacam as estratégias de desenvolvimento associadas ao capital estrangeiro impulsionadas pelos setores dominantes locais, cabe perguntar se a “guinada à esquerda” verificada em boa parte dos países da AL resultará em ampla ruptura com o modelo neoliberal e, ao mesmo tempo, abrirá espaço para alternativas efetivamente pautadas em critérios de maior autonomia e independência nacional.

A princípio, tendo em vista outro nível de análise, pode ser constatado um cenário relativamente diversificado no que tange ao comportamento dos novos governantes latino-americanos eleitos desde o início dos anos 2000. Enquanto, por um lado, alguns parecem se encaminhar para a busca de maior autonomia vinculada a um novo projeto nacional-desenvolvimentista, mesmo que ainda centrado em maior integração com o mercado mundial e sem ruptura explícita com a ênfase no *drive* exportador baseado em bens primários e no reduzido valor da força de trabalho, como parece ser o caso, por exemplo, da Argentina, Bolívia e Venezuela, por outro lado, forças tradicionalmente de esquerda, agora ocupando a posição de governantes, aparentemente utilizam-se dessa tradição para construir modelos híbridos que combinam, por um lado, elementos do modelo neoliberal anterior e, por outro, elementos novos associados ao fortalecimento do mercado interno que tem produzido resultados positivos no que tange à melhora da renda dessas populações e, principalmente, para a redução da pobreza extrema regional. Poder-se-ia dizer, portanto, que, relacionados a essa última atitude estão os atuais governos do Brasil, Chile e Uruguai.

Essas diferentes trajetórias de desenvolvimento (modelo híbrido que combina elementos neoliberais e políticas de renda *versus* modelo desenvolvimentista tradicional) adotadas pelos países latino-americanos reforçam a idéia de que uma trajetória de desenvolvimento depende, no plano interno, muito mais das composições das classes sociais e do Estado num determinado espaço nacional do que de uma vitória eleitoral formal de um partido de esquerda. Claro que as mudanças nas trajetórias de desenvolvimento adotadas por determinados países (tanto em um padrão quanto em outro), quase sempre, são possíveis quando “janelas de oportunidade” estão abertas no plano internacional. A ascensão da China tem criado essa possibilidade, pois tem gerado

transformações econômicas e políticas no sistema mundial possibilitando mudanças nas posições relativas de determinados Estados na hierarquia internacional.

Além disso, cabe observar ainda que, no caso recente da AL, os países de efetivaram as maiores guinadas para a configuração de um modelo sócio-econômico nacional-desenvolvimentista vivenciaram crises político-econômicas profundas. Essas crises acabaram desestabilizando, em certa medida, o bloco no poder que é institucionalizado pelo Estado. Em outras palavras, a unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes, sob o controle de uma fração hegemônica, prevalecente na AL durante a vigência mais robusta do neoliberalismo, foi abalada em virtude da crise que reduziu o poder regulador e de arbitragem do Estado no que tange às relações dentro e fora do bloco de poder. Desse modo, as crises possibilitaram uma nova configuração dos segmentos dominantes, abrindo espaços para que o Estado pudesse realizar políticas nacional-desenvolvimentistas que incorporassem os segmentos fora do bloco no poder. Situações como essas foram verificadas mais enfaticamente na Argentina, na Bolívia e na Venezuela¹⁴.

Em outro grupo de países, onde estão presentes Brasil, Chile e Uruguai, a despeito da eleição de forças de esquerda, observou-se, em certa medida, a configuração de um modelo híbrido. A não eclosão de crises político-econômicas estruturais nesses países, durante os anos 1990, impediram que se formassem novas configurações do bloco no poder. Assim, o Estado, mesmo com a vitória eleitoral de determinados governantes e partidos, ficou ainda fortemente atrelado aos segmentos dominantes financeiros que foram hegemônicos na década de 1990.

No caso do Brasil, para exemplificar, não ocorreu nenhum tipo de crise político-econômica de maior intensidade que representasse uma mudança no bloco de poder

¹⁴ Na Venezuela, por exemplo, a despeito da efetivação dos primeiros passos para a implantação de um modelo nacional-desenvolvimentista, em 1999, mediante a promulgação da nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV), somente após as seguidas tentativas de desestabilização e de derrubada do governo o mandato de Hugo Chávez conseguiu consolidar um projeto nacional-desenvolvimentista articulado a mudanças do marco regulatório do petróleo, principal setor da economia venezuelana (LACABAN, 2006).

nacional e na configuração do Estado entre 2000 e 2008. Nesse contexto, a vitória de Lula para o seu primeiro mandato (2003-2006) não representou uma forte guinada em direção a um modelo nacional-desenvolvimentista, pois os cerne do modelo neoliberal foram mantidos, inclusive, evidentemente, o domínio das frações financeiras, que seguiu adiante com a ascensão do novo governante ao poder.

É preciso observar que, a despeito da manutenção do bloco no poder durante o governo Lula, nos dois últimos anos de seu mandato, após a crise internacional de 2008, começaram a aparecer sinais de mudanças em virtude da fissura na hegemonia da fração bancário-financeiro decorrente do fortalecimento de outras frações (segmentos exportadores de *commodities* e de parte da indústria nacional que passou a recuperar-se em termos absolutos) e dos efeitos econômicos e ideológicos da própria crise internacional. Essa fissura da hegemonia da fração bancário-financeiro provoca uma maior autonomia ao Estado, possibilitando ao mesmo retomar o debate a respeito de um projeto de desenvolvimento nacional (TEIXEIRA & PINTO, 2012).

Assim, as, por nós denominadas, “janelas de oportunidade”, para alguns países da América Latina, parecem circunscritas a duas contradições. A primeira, no plano externo, associada aos impactos positivos de curto prazo (“loteria das *commodities*”) e negativos de longo prazo (reprimarização da pauta exportadora e redução das dinâmicas manufatureiras) decorrentes do “efeito China”. A segunda, vinculada aos condicionais internos, no plano político, que decorrem da ascensão formal da esquerda ao poder e, na esfera econômica, da manutenção da estratégia de desenvolvimento associado, minimamente modificada “com a eleição, no melhor dos casos, de redes mais amplas de contenção e uma defesa mais firme de contrapartidas quanto ao acesso aos mercados dos países centrais” (ARCEO & BASUALDO, 2006).

4 Conclusões

Procurou-se, ao longo deste artigo, mostrar como as transformações hierárquicas ocorridas na economia capitalista mundial na década de 1990 e na primeira década do século XXI refrataram de forma diferenciada na América Latina. Enquanto nos anos 1990, a AL, em grande parte, integrou-se de forma “passiva” aos movimentos de globalização, em virtude da adoção do modelo neoliberal, nos anos iniciais do século XXI constituiu-se um novo eixo na América Latina, sobretudo nos países da América do Sul articulados à dinâmica econômica da China, mediante o qual, o modelo neoliberal passa por alguns abrandamentos em prol de políticas do tipo desenvolvimentistas. Isso foi possível a partir de dois elementos que se articulam, a saber, os movimentos contrários ao modelo neoliberal no interior do bloco no poder em cada país, e a “janela de oportunidade” aberta pelo novo eixo geo-econômico, decorrente da ascensão chinesa, que possibilitou a redução das restrições externas no balanço de pagamentos da região.

Pelo menos conjunturalmente, alguns países latino-americanos puderam extrair dividendos desse novo quadro internacional no sentido da redução da vulnerabilidade a que estiveram sujeitos no período mais regressivo do neoliberalismo. Contudo, o mais relevante, implícito a essa inflexão, foi o simultâneo movimento de ascensão ao poder de boa parte da esquerda latino-americana, resultado este apoiado, sobretudo, na crítica ao neoliberalismo.

Pode ser afirmado, portanto, que foram criadas condições para que as janelas de oportunidade se inscrevam em uma trajetória de ruptura mais efetiva com padrões de acumulação assentados em estruturas regressivas e de aprofundamento da exploração e da subordinação da autonomia nacional. Não resta dúvida, essas oportunidades abertas acontecem dentro de uma totalidade fortemente complexa e contraditória, na qual, a AL, como uma de suas partes componentes, teria que reunir algumas premissas fundamentais se pretendesse se colocar num plano de relativa independência no interior da economia mundial transformada nas últimas décadas no século XX e na primeira década do século XXI.

5 Referências Bibliográficas

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Org.). A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Editora: Ipea, 2011.

ARCEO, E. & BASUALDO, E. Documento inicial: los cambios de los sectores dominantes en America latina bajo El neoliberalismo. In: BASUALDO, E. & ARCEO, E. Neoliberalismo y sectores dominantes. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ARCEO, E. El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina. In: BASUALDO, E. & ARCEO, E. Neoliberalismo y sectores dominantes. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BALANCO, P. & PINTO, E.C. Dimensões do capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate acerca do Estado-nação e do novo imperialismo. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), Natal, RN, 2005.

BARBOSA, A. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L.. (Org.). A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Editora: Ipea, 2011.

BOYER, R. Dois desafios para o século XXI: disciplinar as finanças e organizar a internacionalização. Nexos Econômicos: Revista do Mestrado de Economia da UFBA, Salvador, v. 1, n. 2, dez., 1999.

BRENNER, R. O boom e a bolha: os EUA na economia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2003.

CASTRO, A. B. As novas tendências pesadas que estão moldando a economia mundial In: CASTRO, A. C. & CASTRO, L. B. (Orgs.) Antonio Barros de Castro: o inconformista - homenagem do Ipea ao Mestre. Brasília: IPEA, 2011

CEPAL - Anuário estático 2003 da Comissão Econômica para América Latina. Cepal, 2003.

CHESNAIS, F. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: pré/visões da crise. IN: NÓVOA, Jorge. (Org.). Incontornável Marx. Salvador, EDUFBA; São Paulo, Editora UNESP, pp. 47-82, 2007.

CHESNAIS, F. “Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, 7 Letras, nº 9, p. 53-85, dezembro de 2001.

CHESNAIS, F. A “Nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François. et alli. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo, Xamã, pp. 43-70, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

FIORI, J. L. *Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Mimeo.

FIORI, J. L. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L. (Org.) *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J. L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

GONÇALVES, R. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, E. & ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GONÇALVES, R. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

LABANCA, M. Petróleo y hegemonía en Venezuela In: BASUALDO, E. & ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MEDEIROS, C. A. & SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil, in FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. A. (org.), *Polarização Mundial e Crescimento*, Vozes, Petrópolis, 2001.

- MEDEIROS, C. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In TAVARES, M; FIORI, J.L; (Org.) Poder e dinheiro. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1997.
- MEDEIROS, C.A. & SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Orgs.). Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- MEDEIROS, C.A. A China como duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. Revista de Economia Política, julho, 2006
- OLIVEIRA, N. Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado. Edições Loyola/CEAS, São Paulo, 2004.
- PEREIRA, J. Crisis financiera y regulación política en América Latina. In: Revista de Comércio Exterior, setembro de 2001.
- PINTO, E. O Eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise. Texto para Discussão (IPEA). Brasília, v. 1652, p. 1-60, 2011a.
- PINTO, E. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Org.). A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Editora: Ipea, 2011b.
- PINTO, E. & BALANCO, P. A Integração Passiva no âmbito da Globalização: os ajustes estruturais na América Latina. In: IV Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, São Paulo, Anais (CD-ROM), 31 de outubro a 2 de novembro de 2004.
- PINTO, E. & BALANCO, P. A. Dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo: a questão da crise e de suas saídas internas e externas. In: V Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, México, Anais (CD-ROM), 2005.
- PINTO, E. & BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma análise teórica. Mimeo (UFRJ/UFBA), 2012.
- POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo, ed. Martins Fontes, 1977.
- SEABROKE, L. US power in international finance. The Victory of dividends. Palgrave, 2001.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*, nº 20, 2002.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TAVARES, M. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

TEIXEIRA, R. & PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade* (edição especial), v. 21, p. 909-941, 2012.

TEUBAL, Miguel. Structural adjustment and social desarticulation: the case of Argentina. *Science and Society*. New York. V.64, n.4, winter 2000-2001.